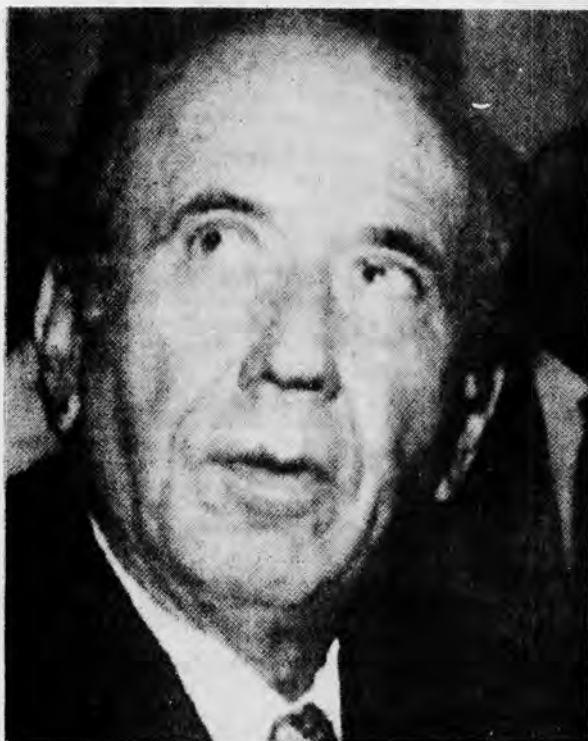


Aconteceu

Golpe militar na Venezuela fracassa, mas é advertência para toda a América Latina.



Carlos Andrés Pérez (à esquerda) e Hugo Chavez líder do Grupo Bolivariano

A ação militar golpista foi sufocada em 24 horas. O presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez manteve o apoio entre o alto comando militar e sufocou a rebelião armada de jovens oficiais do Movimento Revolucionário Bolivariano iniciada em vários pontos do país na madrugada do dia 5 de fevereiro. As primeiras in-

formações falam de mais de cem mortos entre militares e civis, além de 133 oficiais e 956 soldados presos. No dia seguinte, o presidente venezuelano declarou publicamente que a tentativa de golpe deveria servir de lição para toda a América Latina e disse estar envergonhado pelo fato de que a história recente de

34 anos de estabilidade democrática da Venezuela tivesse sido maculada por uma revolta militar golpista: "Não existem razões, motivos ou justificativas, por mais erros ou omissões que tenhamos cometido, para que ocorresse esse espetáculo incompreensível". Será mesmo?
Leia na última página.

Censo 1991: brasileiros são 146 milhões
 (página 3)

Encontro ecumênico na ECO-92
 (página 8)

Começa demarcação Yanomami
 (página 10)

056
 1992

Acordo com FMI agrada aos banqueiros

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou, no último dia 29, um acordo com o Brasil que lhe permitirá sacar em sete trimestres, até agosto de 1993, cerca de US\$ 2,1 bilhões. Deste total, a pedido do governo brasileiro, 25% serão destinados a um fundo de garantia de pagamento da dívida junto a credores comerciais.

Na carta de intenções que apresentou ao Fundo, o governo brasileiro promete aprofundar o controle monetário (via juros altos e corte nos gastos), uma dura política fiscal e ampliação da abertura econômica (via privatizações e isenção de tarifas de importação). Em relação à inflação, promete uma redução gradual até atingir 2% em dezembro, com taxa média anual de 20% em 93. Traduzindo para o cotidiano dos brasileiros: continuidade da recessão, aumento do desemprego, diminuição dos gastos públicos em setores essenciais (infra-estrutura, saúde, educação, previdência), aumentos acima da inflação nas tarifas públicas. E, enfim, uma brutal transferência das riquezas nacionais para o setor externo.

Por que a euforia? - Em termos práticos e econômicos o acordo é de uma insignificância absoluta. Como escreveu o empresário Ricardo Semler: "O valor é tão ridículo que não paga um mês de roubos na Previdência" (*Folha de S.Paulo*, 2/2/92). Acresça-se ainda o fato de o acordo poder ser suspenso automaticamente, pelo não cumprimento das metas estabelecidas para os primeiros meses. Como se recorda, nenhuma das outras dez cartas de intenções assinadas desde 1982 foram cumpridas. Como explicar, portanto, tamanha euforia que se verifica entre banqueiros, governantes e certa parcela da imprensa?

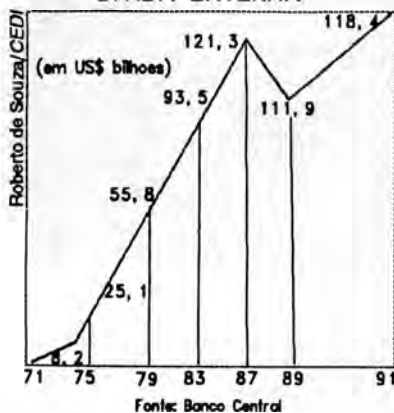
O significado maior do acordo está em outros aspectos. Para o ministro da Economia e os que apoiam entusiasticamente o projeto neoliberal do governo Collor, as esperanças residem na reativação do fluxo de capitais internacionais, e com isso a efetivação do seu projeto político. Para tanto estariam apressando as negociações com o Clube de Paris (que reúne países com agências governamentais de financiamento) e credores privados, com

defesa dos seus interesses. Além disso, há entrada de dinheiro novo, crescem os lucros de curto prazo, desfogando balanços no vermelho, principalmente entre os bancos americanos, em sérias dificuldades. Por fim, não se pode relevar os enormes ganhos especulativos com a possibilidade do valor dos títulos da dívida brasileira no exterior subirem alguns pontos percentuais além dos atuais 30%.

Apesar disso, a fase mais dura para os negociadores brasileiros ainda está por vir. Foi o que declarou o sub-secretário do Tesouro dos EUA, David Mulford, revelando já ter aconselhado as autoridades brasileiras a buscar um "acordo apropriado" com o Clube de Paris. E acrescentou: "Quero dizer que o acordo deve ser apropriado para os credores e esperamos não ter de enfrentar uma ampla gama de reindicações extremas do Brasil".

É de fato uma postura bastante radical para com um país que, entre 1980 e 1989, pagou US\$ 147,3 bilhões de dívida externa, por empréstimos que somaram apenas US\$ 72,4 bilhões. A diferença de

O SALTO DA DÍVIDA EXTERNA



O perfil da dívida

| | |
|-----------------------------|----------------------|
| Total da dívida | US\$ 118,444 bilhões |
| Junto aos bancos comerciais | US\$ 71,424 bilhões |
| Junto a bancos brasileiros | US\$ 7,072 bilhões |
| Instituições não bancárias | US\$ 39,948 bilhões |

os quais esperam concluir negociações ainda no primeiro semestre.

Para os bancos credores, o acordo com o FMI significa a garantia de um rigoroso monitoramento da economia brasileira, na

US\$ 74,7 bilhões foi paga a mais pelo Brasil (juros, multas, seguro, etc). Mesmo assim, a dívida, que em 1979 era de cerca de US\$ 50 bilhões, em 1989 havia saltado para US\$ 114,7 bilhões. (*CEDI*, 4/2/92)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor: Carlos Alberto Ricardo ★ **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Daniel Revah (Educação Popular), Geraldo Andreello (Povos Indígenas), Carlos A. Ricardo (Internacional), Paulo Roberto Salles Garcia (Interino Igrejas), Antonio L. Negro (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Lais Menezes (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Arte Final:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129

22211 - Rio de Janeiro - RJ ☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983

01238 - São Paulo - SP ☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

Assinatura Anual: Cr\$ 7.000,00

Assinatura semestral: Cr\$ 4.000,00

Assinatura Exterior: US\$ 50

Partido Comunista racha e muda de nome

Os efeitos das mudanças no Leste europeu atingiram o Partidão, provocando mais um racha entre os comunistas no Brasil. O fato, já previsto com antecedência entre os militantes, ocorreu durante o 10º Congresso Nacional, ocorrido em São Paulo, entre os dias 25 e 26 de janeiro. Aqueles que ficaram, reelegeram o deputado federal Roberto Freire (PE) como presidente do partido, com 84,28% dos votos, em chapa única. O sanitarista e deputado federal Sérgio Arouca (RJ) é o vice-presidente.

Durante o Congresso houve

também a mudança de nome que passou de Partido Comunista Brasileiro (PCB) para Partido Popular Socialista (PPS).

O grupo que saiu, também conhecido como "ortodoxo", tratou de se reunir em uma nova legenda denominada Partido Comunista, ou PC. Seu presidente é Horácio de Macedo. O grupo dissidente não vinha aceitando as mudanças ocorridas desde o 9º Congresso quando houve o sepultamento de dogmas como o centralismo democrático, o partido único e a ditadura do proletariado. Com as mudanças atuais de

nome, de símbolos (caiu a foice e o martelo) e de linha ideológica, configurou-se o racha definitivo.

Com a nova configuração, o PPS pretende tomar fôlego e obter nas urnas os bons resultados que não consegue há muito tempo. É sua meta lançar candidatos nas próximas eleições municipais em Florianópolis, Salvador, Teresina e Rio de Janeiro, bem como apoiar candidatos de outros partidos de mesmo perfil ideológico nos locais onde não tiverem força eleitoral. (*Folha de S. Paulo*, 27/1/92 e *Isto É/Senhor*, 5/2/92)

População brasileira cresce em menor proporção

Os primeiros dados revelados pelo Censo de 1991, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que a taxa média de crescimento anual da população brasileira caiu de 2,48% para 1,86% nos últimos 11 anos. A maior queda foi verificada na região Norte; o Centro-Oeste foi a única região que apresentou crescimento na taxa média anual. Segundo a presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Neide Patarra, tais resultados não chegaram a surpreender os demógrafos, em função do crescente número de pessoas esterilizadas no país.

Os dados do IBGE permitem também montar um quadro das migrações internas no país. As maiores cidades do Sul e Sudeste como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, registraram taxas de crescimento médio anual inferiores às dos seus respectivos estados. Tais

resultados sugerem um arrefecimento das correntes internas de migração, em especial dos estados mais pobres.

No caso do estado de São Paulo, a queda da atividade econômica e a retração da indústria de construção civil verificadas nos últimos anos, com o conseqüente aumento do desemprego, não foram os únicos fatores que levaram a capital a registrar crescimento populacional inferior à média do estado. A estas condições somaram-se outras como a valorização imobiliária combinada com a queda do poder aquisitivo e a falta de segurança nas cidades.

Segundo Domingos Schanoski, diretor regional do IBGE em São Paulo, "São Paulo deixou de ser a terra prometida dos migrantes". Ela foi transferida na última década para o Oeste do país, em direção às novas fronteiras agrícolas, e para as áreas de mineração e garimpo na região Norte. Esta mudança explica

as altas taxas médias de crescimento populacional alcançadas na última década pelos estados de Roraima (9%), Rondônia (8%), Mato Grosso (5,4%) e Amapá (4,5%).

O anúncio destes dados preliminares ocorreu em meio a uma série de questionamentos que têm sido feitos ao IBGE, sobre a qualidade dos dados anunciados. Segundo seu presidente, Eduardo Augusto Guimarães, o IBGE deixou de recensear em 1991 pelo menos dois milhões e meio de brasileiros, margem de erro considerada normal. A onda de contestações está sendo engrossada pela prefeitura municipal de São Paulo. Segundo o secretário de Governo do município, os dados não batem com os levantados para o Plano Diretor da cidade.

A população brasileira é de 146.154.502 milhões de habitantes. (*OESP e Gazeta Mercantil*, 5/2/92; *Folha de S. Paulo* 6/2/91)

Pesquisa: Leitores aprovam ACONTECEU

Pesquisa junto aos leitores, realizada entre junho e agosto de 1991, mostrou uma ampla aceitação e uma avaliação bastante positiva do ACONTECEU. Cerca de 83% dos pesquisados consideram bom o formato do boletim e 80% também acham bom o tipo de letra. Ainda a maioria (71%), acha boa a primeira página. Entre os aspectos gráficos, o uso das fotos foi o item que teve menos aprovação: 50% o consideram bom.

Para 85% dos leitores que responderam à pesquisa, o tratamento dos temas das seções corresponde às suas expectativas. As três seções

que interessam ao maior número de assinantes são Política (70%), Economia (57%) e Educação Popular (46%). Pouco mais da metade dos leitores (54%) gostaria que o ACONTECEU também tratasse de outros temas. Entre os que surgiram com maior quantidade de indicações estão Cultura/Variadas, com 23%, Grupos Sociais Particulares/Comportamento (mulheres, negros, homossexuais, sexualidade etc.), com 20% e Saúde, com 13%. Também é considerável o número dos que desejam maior aprofundamento dos temas já tratados (21%).

Usos variados - É muito comum

a utilização do ACONTECEU para outros fins além da informação pessoal, objetivo de 87% dos leitores. Cerca de 46% o utilizam como subsídio para o trabalho, 40% como material de discussão com companheiros, 27% como material didático e 10% para programas de rádio. A utilização do boletim é ainda intensificada pelo empréstimo. Em 82% dos casos, cada exemplar é lido por outras pessoas.

Apesar de existir desde 1977 e já estar em sua edição nº 584, a maioria dos leitores pesquisados conhece o ACONTECEU há menos de dois anos.

Desertificação ameaça o planeta

Com mais de um terço de sua área - 51 milhões de km² - formado por terras secas, o planeta tem se defrontado com o avanço da desertificação que se alastra por 36 milhões de km² e ameaça o futuro de cerca de 785 milhões de pessoas que vivem nessas regiões. O processo já provoca prejuízos de mais de US\$ 4 bilhões aos países afetados, e a recuperação das áreas atingidas exigiria investimentos de US\$ 213 bilhões ao longo de duas décadas. Os dados foram revelados pelo cientista Valdemar Rodrigues, especialista no assunto, durante a Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas (ICID).

Documentos apresentados na ICID informaram que a desertificação já ameaça 73% das áreas de pastagens do mundo, 47% da área total da agricultura de sequeiro e 30% das terras irrigadas. O prejuízo de áreas agrícolas pode chegar a US\$ 26 bilhões anuais, se não forem tomadas providências para conter a desertificação.

As regiões desertificadas estão tomando o lugar das áreas produtivas com maior rapidez do que o surgimento de novos solos. Estima-

se que até o ano 2000 mais de um bilhão de pessoas estarão vivendo em terras áridas. No Brasil, segundo dados da ONU, 25% do território está sujeito ao processo de desertificação.

Valdemar Rodrigues alerta que em países com longos períodos secos, quando chove a população exerce uma pressão tão grande sobre o ecossistema que restam poucas reservas de resistência para suportar o próximo período de seca.

A ICID, que encerrou-se no dia 1 de fevereiro, elaborou a "Carta de Fortaleza", com sugestões de programas de ação a longo prazo para reduzir os impactos sócio-ambientais da desertificação. O documento, que constará da agenda oficial da Rio-92, concluiu que o risco de deterioração ambiental é comum a todas as regiões semi-áridas. O texto adverte, ainda, para o perigo da pobreza absoluta, das crises de fome e da emigração em massa e recomenda o intercâmbio de conhecimento e experiências, a melhoria da educação e a capacitação das populações como "pré-condição para a consecução das metas de desenvolvimento". (*Correio Brasileiro*, 28/1/92; *Jornal do Brasil*, 31/1 e 1/2/92)

Brasil receberá financiamento para conservação ambiental

A Alemanha, com cerca de US\$ 180 milhões, é o principal financiador dos US\$ 250 milhões com os quais os países industrializados resolveram sustentar a primeira fase de três anos do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais. Do total de verbas alemãs para o Brasil, US\$ 120 milhões já foram destinados. O restante será repassado até o final de 1993.

Os projetos que a Alemanha financia no Brasil dividem-se em dois grandes grupos. O primeiro, intitulado "Estudos sobre o impacto humano sobre florestas e várzeas nos trópicos" abrange uma série de pesquisas científicas levadas adiante por instituições alemãs em colaboração com congêneres brasileiras.

O segundo grupo está incluído na chamada cooperação técnica e

financeira do Ministério de Ajuda ao Desenvolvimento da Alemanha. Em alguns casos, como o da Mata Atlântica, os empréstimos são concedidos em condições bastante favoráveis, com juros de 4,5% ao ano, prazo de 20 anos e carência de 5 anos.

Técnicos, políticos e especialistas alemães envolvidos diretamente na cooperação com o Brasil advertem, porém, que não basta apenas o otimismo das intenções. Diplomatas alemães acham que o primeiro escalão da burocracia ministerial brasileira nem sempre consegue fazer suas diretrizes chegarem a outros níveis, fato que se complica ainda mais com a proliferação de ministérios, instâncias, instituições e agências governamentais envolvidas na conservação do meio ambiente. (*O Estado de S. Paulo*, 21/1/92)

Devastação de florestas dobrou no Sudeste asiático

A taxa de desmatamento no sudeste asiático mais do que dobrou a partir de 1985 e a comunidade mundial precisa fornecer verbas e tecnologia para conservar os recursos florestais da região, disse Mohamed Mahmud, diretor geral do Serviço de Florestas da Malásia na Conferência sobre Negócios e Meio Ambiente realizada no mês de janeiro na capital tailandesa.

Segundo ele, a taxa média de desmatamento no período 1981/1985 no sudeste asiático, que compreende a Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Cambodja, Vietnã, Birmânia e Laos, foi de 1,5 milhão de hectares por ano. Mas, em 1989, o último ano sobre o qual os dados estão disponíveis, 3,85 milhões de hectares de terras na região foram desmatados.

A Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas, calcula que a taxa anual de desmatamento de florestas tropicais em todo o mundo foi de 16,8 milhões de hectares no período 1981/1990, comparado com 11,4 milhões de hectares em 1980.

Uma estimativa da União Mundial de Conservação (World Conservation Union) prevê que cerca de 25% das espécies de plantas do mundo podem ser perdidas nos próximos 20 anos se as atuais taxas de desmatamento continuarem as mesmas. (*Gazeta Mercantil*, 24/1/92)

Meio Ambiente Variações e abrangência

A última edição da Revista Tempo e Presença (nº 261) traz uma variedade de artigos que compõem um amplo mosaico inspirado no tema meio ambiente.

Democracia, movimentos sociais, agricultura, ciência e tecnologia e urbanização são algumas das faces do tema, tratados nos textos de diversos especialistas que colaboraram para esta edição.

Ligue e encomende seu exemplar.
CEDI — Setor de Distribuição —
Fone: (011) 825-5544

Governo brasileiro discute propostas para a "Agenda 21"

As propostas que o governo brasileiro prepara para levar à quarta e última reunião do PrepCom, em Nova Iorque, março de 92, tratam dos principais temas da *Agenda 21*, o programa de ação a ser aprovado no âmbito da Rio-92. Projetam, contudo, duas polêmicas. Uma aponta para o conflito sobre a criação de novos mecanismos de financiamento a projetos ambientais. A outra é a pretensão de não admitir que os países desenvolvidos vinculem a discussão sobre a proteção das florestas aos demais temas da Rio-92, como alterações climáticas

e biodiversidade. O risco dessa vinculação seria vir a obrigar-se a aceitar medidas excessivamente preservacionistas para a Amazônia que deixariam em segundo plano os problemas econômicos e sociais da região.

Aliado aos países latino-americanos e a um extenso grupo que inclui Índia, China, Malásia, Sudão, Paquistão e Tailândia, o Brasil pretende que sejam criados fundos especiais para o controle de gases do efeito estufa, na convenção sobre alterações climáticas, e para a preservação das espécies na con-

venção sobre biodiversidade.

Os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, têm resistido fortemente a essa proposta sob o argumento de que querem evitar a proliferação de muitos fundos e a superposição de esforços. Mas o Brasil e seus aliados sustentam a limitação dos fundos já existentes, a começar pelo General Environmental Facility (GEF), criado pelo Banco Mundial para financiar projetos ambientais, por ser totalmente controlado pelos países desenvolvidos. (*Gazeta Mercantil*, 27/1/92)

Salvar o planeta custará US\$ 500 bilhões

A ONU calcula que será necessário cerca de US\$ 500 bilhões até o ano 2000 apenas para colocar em prática os programas que terão que ser implantados após a Rio-92. Desse montante, pelo menos US\$ 125 bilhões - soma quase igual ao total da dívida externa brasileira - poderão sair através de financiamentos internacionais do tipo concessional (doações ou empréstimos a juros baixos).

A primeira estimativa oficial dos custos feita pela ONU está num documento que será debatido na última rodada de negociações no 4º

PrepCom. Ela foi feita com base nos programas que se espera aprovar para a *Agenda 21*.

Alguns países, em especial os Estados Unidos, vêm relutando em assumir compromissos financeiros. Mas a ONU deixa claro que os países ricos terão que mudar suas prioridades orçamentárias e os pobres também terão que fazer um esforço extra para salvarem o planeta da destruição ambiental.

Os programas destinados a questões globais, como por exemplo, o combate ao buraco na camada de ozônio, custarão US\$ 15 bi-

lhões por ano. E esse montante não cobre os custos do cumprimento das duas convenções internacionais que se espera aprovar na Rio-92: uma sobre mudanças climáticas e a outra sobre preservação da biodiversidade.

Novos financiamentos - O documento da ONU sugere que os países ricos cancelem boa parte da dívida externa dos países em desenvolvimento, aumentem a ajuda oficial que dão aos pobres (dos atuais 0,35% para pelo menos 1% do PIB). (*Gazeta Mercantil*, 25/1/92; *O Globo*, 25/1/92)

Fórum Global

Garantida infra-estrutura para as atividades paralelas

Os organizadores do Fórum Global obtiveram oficialmente do prefeito do Rio, Marcelo Alencar, a cessão de 35 mil metros quadrados do parque do Flamengo para a realização dos eventos paralelos. Aprovaram, também, o projeto apresentado pela FAG Feiras e Exposições, do Rio de Janeiro, para montar na área 37 estruturas de cobertura capazes de abrigar 10 mil pessoas sentadas. O projeto, selecionado após consultas a organismos internacionais, prevê a adoção de estruturas metálicas de ferro e alumínio, que serão cobertas por lona tensionada com fibras de polipropileno, sem necessidade de fundações que poderiam agredir o solo

do parque. As estruturas poderão ser desmontadas e entregues à prefeitura para usá-las depois da conferência como escolas, postos de saúde e abrigos para a defesa civil.

Além das 37 estruturas cobertas - que vão abrigar cada uma de 80 a 1.100 pessoas sentadas - a FAG montará 320 estandes de exposição, três passarelas e dez tendas de alimentação, três postos médicos e três para segurança. O custo total do projeto é de US\$ 3 milhões. Está previsto um programa de patrocínio elaborado pela FAG, em fase final de aprovação pelo Fórum Global das ONGs. (*Gazeta Mercantil*, 22/1/92; *O Globo*, 22/1/92)

Mais de 800 eventos no Aterro

Com o término do prazo de inscrição de simpósios e exposições para o Fórum Global paralelo à Rio-92, que acontecerá de 1 a 12 de junho no Parque do Flamengo, foram contabilizados 234 eventos e 594 exposições a cargo de 219 entidades. No próximo dia 15, o Fórum define o primeiro calendário oficial destes eventos, mas continua aberto para receber propostas de eventos culturais, ainda sem data-limite. Até o dia 15 de maio serão aceitas as inscrições individuais, ao preço equivalente a US\$ 50.

A distribuição dos eventos para o Fórum apresenta a seguinte estatística: um terço fica a cargo de entidades da América Latina, seguidos de Europa, América do Norte, Ásia e África, que ficou com 5% dos eventos. (*Jornal do Brasil*, 1/2/92)

Governo ensaia nova iniciativa

O presidente Fernando Collor anunciou, no último dia 24, uma nova iniciativa do governo com relação à reforma agrária: o Programa da Terra.

Segundo o governo, com a implantação do Programa da Terra, serão assentadas este ano 50 mil famílias, com a aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 1,7 trilhão. De acordo com as metas do Programa, o número de famílias assentadas crescerá nos próximos anos. Este ano, alega o governo, o número seria menor devido a ainda não votação dos artigos 184 e 185 da Constituição, que regulamentam o ritual e critérios desapropriatórios. Assim, as terras imediatamente destinadas a assentamento serão aquelas "já disponíveis", as públicas, as de usinas inadimplentes e outras a serem compradas. Para tal, o governo inclusive estabeleceu nova regulamentação para a compra e venda de terras, pagas à preço de mercado, a terra em Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e as benfeitorias em dinheiro.

Os recursos vêm do orçamento do Ministério da Agricultura, de fundos constitucionais, do Tesouro Nacional, do Banco do Brasil e de realocação de verbas de outros ministérios. Está sendo planejada uma atuação interligada de vários ministérios, como o da Ação Social, Infra-Estrutura, Educação, Saúde, entre outros. Isto será feito a partir da realocação, sob a rubrica Programa da Terra, das iniciativas desses ministérios em áreas rurais.

Há ainda uma tendência de descentralização do processo de reforma agrária, envolvendo, através de convênios, estados, municípios e entidades privadas.

De fato, desde que tomou posse, o governo vem ocupando periodicamente as manchetes de jornais com sucessivos anúncios de políticas de distribuição e acesso à terra, como foi o caso, por exemplo, do Programa Parceria e da regulamentação da compra de terras para fins de reforma agrária, em outubro passado. (CEDI, 4/2/92)

Contag e MST criticam Programa da Terra

O vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Aloísio Carneiro, criticou o Programa da Terra por não definir a quantidade de terras que serão desapropriadas em cada ano, e não oferecer um cronograma dos assentamentos. "Não se faz reforma agrária sem desapropriar terras", disse Carneiro. Segundo o secretário de Política Agrária da Contag, Francisco Sales de Oliveira, o governo deveria fazer as desapropriações com base no Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), ainda em vigor.

A Contag decidiu que a partir de fevereiro as federações estaduais começarão a organizar ocupações em áreas improdutivas, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde o volume destas terras é maior. As ocupações, ainda segundo a Contag, serão um protesto contra a demora do governo federal em executar a reforma agrária no país.

Conquista - Afirmando que a reforma agrária somente se concretiza através de ações de conquista por parte dos trabalhadores organizados, a Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) divulgou uma nota criticando o Programa da Terra. De acordo com esta, as metas de assentamento e o montante de recursos a serem destinados à reforma agrária são modestos, frente às propostas de campanha e a existência de 4 milhões de famílias sem-terra.

O MST aponta também a incompetência do governo no trato com o Congresso Nacional, com o qual necessariamente precisará contar na votação dos artigos 184 e 185 da Constituição, e alerta que a sociedade civil e as organizações de trabalhadores deveriam estar sendo chamadas para debater a reforma agrária. (O Estado de S. Paulo e Gazeta Mercantil, 28 e 29/1/92; CEDI, 3/2/92)

Incra inicia Programa da Terra no RS

No Rio Grande do Sul, o Incra entregou ao governador, Alceu Colares, a Fazenda Piratini - uma área de 1.238 hectares que será destinada a 60 mil famílias sem-terras acampadas em Bagé. A área foi adquirida pelo Incra com TDAs, ao preço de Cr\$ 1,98 milhão/ha (valor atualizado), correspondente a 60 TDAs/ha.

Enquanto o Congresso não votar as leis complementares necessárias às desapropriações, o Incra continuará recorrendo ao processo de compra e venda de terra em áreas de tensão. O órgão pretende realizar um levantamento dos proprietários que aceitam negociar suas terras com TDAs, estimando dispor assim de cerca de 4 mil hectares no RS.

O presidente do Incra, Renato S. Lopes, disse que de agora em diante, nos estados, serão formadas comissões para o mapeamento de locais disponíveis para assentamentos e identificação de prioridades. Elas contarão com a participação dos governos, secretarias de Agricultura, sindicatos de trabalhadores rurais, Igreja e órgãos técnicos. (Gazeta Mercantil, 27 e 30/1/92)

Questão de números - O plano de reforma agrária do governo vai se deparar, só no RS, com um contingente de 140 a 200 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Segundo dados do Incra, entretanto, toda a região Sul teria apenas 50 mil famílias necessitando de terras. Dessas, somente 5 mil serão assentadas no Sul durante 92, conforme prevê o Programa da Terra. (CEDI, 3/2/92; Gazeta Mercantil, 27 e 30/1/92)

Cabrera diz que não negocia com ocupantes

O ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, garante que o governo não irá negociar com "invasores de terras", caso os trabalhadores rurais realizem novas ocupações. Segundo ele, as áreas ocupadas não serão objeto de reforma agrária e sim de responsabilidade da polícia. Cabrera admitiu que o governo não tem como desapropriar terras este ano, por falta de lei complementar, mas afirmou que 34.500 famílias serão assentadas em 750 mil/ha de terras devolutas. (O Estado de S. Paulo, 29/1/92)

Nordeste vive seca e inundações

Depois da estiagem que afetou 18 milhões de pessoas, o Nordeste vive a situação oposta: as chuvas que começaram a cair na última semana de janeiro provocam inundações e mortes. Apesar disso, a Sudene acha precipitado dizer que a seca acabou e adverte que a estiagem poderá voltar tão logo cessem as chuvas.

Conforme informação do Centro Regional de Meteorologia e Cli-

matologia do Recife (PE), as chuvas são suficientes apenas para matar a sede dos cerca de 9 milhões de flagelados. Essas chuvas são consequência de uma frente fria do Sul, enquanto as chuvas habituais do inverno nordestino são da frente Norte. Mesmo assim, as secretarias estaduais de Agricultura começam a distribuir sementes de milho, feijão e algodão aos agricultores para início do plantio. (*Jornal do Brasil e Folha de S.Paulo*, 30/1/92)

Desertificação avança no Nordeste

Com um milhão de km² situados na região semi-árida e pelo menos nove milhões de pessoas castigadas pela seca, o Nordeste enfrenta também o drama silencioso e devastador da desertificação. Ela se alastra por uma área maior do que Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte e Alagoas juntos, atingindo 10% da população sertaneja. Segundo o Núcleo de Pesquisa e Controle da Desertificação do Nordeste (Desert), chega a 227.728 km², ao todo, a área em processo de desertificação espalhada por oito estados nordestinos, dos quais 50 mil km² são considerados em situação muito grave, com recuperação difícil ou praticamente impossível devido à falta de recursos.

Em muitos lugares, onde há 40 anos havia vegetação primitiva de caatinga, hoje predomina o solo nú do deserto. A desertificação assume proporções quase irreversíveis em algumas partes dos sertões do São Francisco e do Araripe, em Pernambuco; na microrregião de Irautuba, no norte do Ceará; em Cabaceiras, o ponto mais seco do Brasil, na Paraíba; e no Seridó, alto sertão do Rio Grande do Norte. Além da devastação por problemas sociais, como a fome nordestina, o fenômeno é provocado por queimadas, mineração, uso excessivo de agrotóxicos, salinização das áreas de irrigação, poluição e manejo inadequado do solo. (*Letícia Lins/Jornal do Brasil*, 27/1/92)

Política Agrícola

Irrigação terá subsídio no Nordeste

A partir de fevereiro, os pequenos agricultores do Nordeste que utilizam irrigação para produzir pagarão apenas 10% da energia elétrica que consumirem, ficando os 90% restantes por conta do governo. A portaria foi assinada pelo ministro da Agricultura, Antonio Cabreira, na abertura da 1ª Conferência Internacional sobre Impactos Climáticos e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas (ICID), em 27/1, em Fortaleza (CE).

O ministro anunciou ainda que Cr\$ 100 bilhões estão disponíveis para municípios que têm projetos de perfuração de poços, cisternas e açudes. O dinheiro é destinado também a um programa de distribuição de sementes selecionadas a 150 mil agricultores da região, o que será monitorado pela Fundação Cearense de Meteorologia (Funceme). A idéia foi inspirada no programa "É hora de plantar" do governo cearense. (*JB e O Globo*, 28/1/92)

Entidade amplia postos contra violência no país

O Movimento Nacional dos Direitos Humanos vai ampliar o número de postos de atendimento gratuito para a população no combate à violência urbana e rural. Já está prevista a criação de postos em Ala-

goas e Piauí, além de reforços no interior do PA, MT e ES. O movimento tem 223 postos de atendimento espalhados pelo Brasil e pretende ampliá-los para 250 até o final de 92. (*Folha de S.Paulo*, 28/1/92)

Canavieiros cobram seus direitos em juízo

Segundo informação do advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, da Paraíba, os 34 sindicatos de trabalhadores rurais da zona canavieira do estado irão, a partir de agora, representando suas respectivas bases, acionar judicialmente os empresários do setor como forma de pressioná-los a cumprir obrigações trabalhistas do dissídio coletivo, julgado em outubro do ano passado: pagamento dos dias parados de greve (realizada entre 7 e 16/10/91), não recolhimento do FGTS e pagamento dos abonos do último mês de dezembro e do 13º salário, cada um equivalente a Cr\$ 21 mil. Os canavieiros reivindicam ainda 26,5% de antecipação salarial. Paralelamente, o Departamento de Assalariados da Central Única dos Trabalhadores (CUT) marcará uma reunião para discutir outras formas de pressão. (*Correio da Pa-*

Seringueiros apontam trabalho semi-escravo em Rondônia

Uma comunidade de seringueiros próxima de Machadinho do Oeste (RO) enviou uma carta ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) de Porto Velho, dizendo que seus membros estão vivendo em regime de semi-escravidão e sofrendo ameaças por parte de compradores de borracha.

Segundo eles, os compradores ameaçam de morte quem não aceita as condições de compra. Além de serem obrigados a vender sua produção, os seringueiros também devem deles comprar seus alimentos. A assessoria do Ibama informou que vai passar o caso à Polícia Federal - a quem cabe investigações deste tipo. (*Yodon Guedes/Folha de S. Paulo*, 25/1/92)

Denúncia à ONU

O padre Ricardo Resende, pároco de Rio Maria (PA), irá a Genebra, Suíça, onde denunciará à Comissão de Direitos Humanos da ONU "a passividade do governo Collor ante a guerra civil instalada nas áreas rurais do Brasil". O padre espera que sua denúncia provoque uma reação da ONU e intensifique as pressões da imprensa internacional sobre o governo brasileiro. (*Jornal do Brasil*, 4/2/92)

Igrejas e entidades ecumênicas preparam encontro paralelo à Eco-92

À vista do próximo porto de parada para a nau ecumênica, que vem carregada com os sonhos de uma terra redimida, de um mundo habitado em paz e justiça, ecumênico e ecológico. Quando a sociedade civil mobiliza-se engendrando eventos a ocorrerem paralelos à Eco-92, preparar-se para aportar lá é testemunho solidário e comprometido, profético, posto que evoca os valores do Reino e interpreta os sinais do tempo.

As igrejas e entidades ecumênicas, trabalhando em conjunto com o CMI, preparam um encontro ecumênico que ocorrerá durante a Eco-92 (junho/92). Neste sentido, estiveram reunidos (Rio de Janeiro, 23 de janeiro) 17 representantes das igrejas e entidades que compõem o comitê nacional responsável pela preparação do evento e mobilização

das igrejas em torno do tema "Justiça, Paz e Integridade da Criação".

Unidade e testemunho - Entre os planos feitos e decisões tomadas, está a publicação de uma cartilha com subsídios preparatórios. O material será utilizado pelas igrejas no período do calendário litúrgico compreendido entre o Domingo da Ressurreição (19/abril) e o Domingo de Pentecostes (7/junho). Entre as sete semanas desse período está a Semana de Oração pela Unidade (Conic). Com sugestões litúrgicas e reflexões bíblico-teológicas, a cartilha possibilitará que as igrejas ecumênicas preparem-se para o encontro e planejar, como desdobramento, uma pastoral de justiça social e ecológica.

Vigília e celebração de Pentecostes - Como parte do planejamento do encontro ecumênico, o

comitê nacional aceitou o convite feito por d. Mauro Morelli em nome das igrejas da Baixada Fluminense para uma grande vigília em Duque de Caxias. Haverá também a "Caminhada do Sol" e a celebração de encerramento ao amanhecer do domingo de Pentecostes. Espera-se a presença de milhares de pessoas.

D. Sinésio Bohn, presidente do Conic, salientou a riqueza e importância da realização de um evento efetivamente apoiado nas igrejas e comunidades do povo, como sinal distinto da presença dos cristãos na Eco-92.

Na avaliação do rev. José Bitencourt Filho, representante do CEDI no comitê preparatório, a reunião foi um sucesso e surpreendeu pelo dinamismo e resultados obtidos. (Reynaldo F. Leão Neto/CEDI, 30/1/92)

Vaticano reúne empresários para debater economia de mercado

Com a participação de empresários católicos de todo o mundo, a Pontifícia Comissão Justiça e Paz do Vaticano promoveu, em Roma, um seminário sobre "Os princípios éticos da economia de mercado". Na abertura do evento, o presidente da Comissão, cardeal francês d. Roger Etchegaray, defendeu "a legitimidade e a validade da intervenção da Igreja em questões políticas e econômicas". No momento em que a economia de mercado parece consolidar-se em todo o mundo, a partir das mudanças verificadas no Leste europeu e da implantação do liberalismo econômico como modelo de desenvolvimento na maioria das nações, a Igreja Católica preocupa-

se com os aspectos humanos desse processo.

Vaticanistas europeus e latino-americanos comentam, porém, que os documentos mais recentes do pontificado de João Paulo II destacam sempre o apoio da Igreja Católica à propriedade privada dos meios de produção, embora com a essencial ressalva da hipoteca social que recai sobre toda posse de bens. Como referências para o encontro entre a Comissão Justiça e Paz e o empresariado, colocam-se as encíclicas pontifícias, particularmente a "Centesimus Annus", de João Paulo II, sobre o centenário da carta "Rerum Novarum", do papa Leão XIII. (Agen Fax, 16/1/92)

Denúncia contra "bispo" Macedo é acatada por juiz

O juiz Mário Ernesto Ferreira, da 18ª Vara Criminal, aceitou a denúncia da promotora Nilda Maria de Miranda contra o "bispo" Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, acusado de estelionato, charlatanismo e curandeirismo. O pastor Isac Francisco da Cruz, um dos assessores do "bispo" Macedo, foi denunciado no mesmo processo. Os dois serão submetidos a interrogatório no dia 12 de março. Se condenados, podem pegar de dois a oito anos de prisão.

Para justificar o enquadramento dos acusados no artigo 171 (estelionato) do Código Penal, a promotora destaca na denúncia que os acusados costumam pedir nos rituais contribuições nunca inferiores a Cr\$ 5 mil. Para ela, os seguidores do bispo são submetidos a exploração porque são "intelectualmente indefesos". (O Estado de S. Paulo, 24/1/92)

Mundo tem mais cristãos

Número aproximado de fiéis em 1989, em milhões



Fonte: "Quid, 1992"

Mosaicos da Bíblia

A revista de estudos bíblicos do CEDI agora pode ser assinada. A publicação tem a coordenação editorial do biblista Milton Schwantes e a periodicidade é trimestral.

Nº avulso: Cr\$ 1.000,00

Assinatura anual: Cr\$ 5.000,00

Pedidos ao Setor de Dist. do CEDI

Boff propõe penitência na festa dos 500 anos

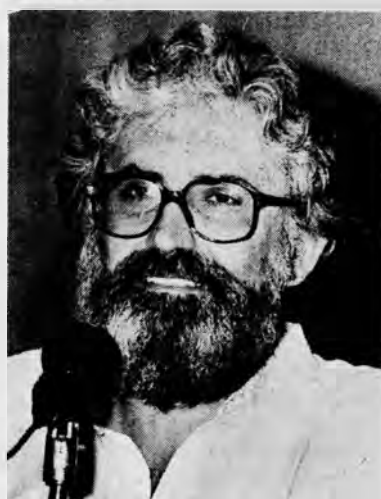
A conquista da América é como uma Sexta-Feira Santa, que dura cinco séculos, e que deve convidar à penitência, afirma o teólogo brasileiro Leonardo Boff em documento divulgado em Roma pela agência católica Adista. O documento, intitulado *Celebração de Penitência, Celebração de Resistência*, está destinado à peregrinação Gênova-Assis organizada para os dias 6 a 14 de junho pela organização Pro Civitate Christiana.

Em seu texto, Boff lembra que "os europeus cristãos provocaram o maior genocídio da História, reduzindo a população americana na proporção de 25 a 1, usurparam as terras, desintegraram as organizações sociais e políticas, reprimiram as religiões indígenas e interromperam a lógica interna do crescimento das culturas autóctones.

"Com a espada conquistaram os corpos e com a cruz dominaram as almas", diz Boff, recordando que ninguém podia fazer-se cristão sem converter-se ao mesmo tempo em súdito dos reis de Portugal, da Espanha e da França, e no caso protestante, da Grã-Bretanha, Dinamarca e Holanda.

Na opinião de Boff, a evangelização foi, ao mesmo tempo, veículo da cultura européia, e o cristianismo aparecia aos olhos dos nativos e dos africanos escravizados como a religião dos inimigos que subjogavam e assassinavam.

Reparação - De acordo com o teólogo, a Sexta-Feira Santa não cessou com a invasão do século



"Boff: maior genocídio da História".

XVI, mas "chegou a nossos dias, através da exploração econômica, a marginalização política, a desnutrição crônica, a dívida internacional e a manutenção forçada das nações em situação de subdesenvolvimento". Tudo isso torna necessária uma reparação, que para Boff consiste em desocidentalizar o cristianismo, "e escutar as vozes das vítimas, os protestos, as reivindicações dos astecas, incas, maias, quéchuas, aimaras, conservados em textos comovedores, acabando assim com um monólogo de cinco séculos".

Segundo Boff, "há motivos para celebrar não o Descobrimiento ou a Conquista, mas a resistência, os 500 anos de resistência indígena e afro-americana, os milhares de anos das culturas indígenas". (*Jornal do Brasil*, 25/1/92)

México reconhece Igreja e padres já têm direito a voto

A Câmara dos Deputados do México aprovou o reconhecimento da Igreja Católica Romana e outras igrejas como pessoas jurídicas, dando-lhes assim o direito de ter propriedades. Os sacerdotes passam a ter o direito de voto. As mudanças deverão facilitar o reatamento de relações com o Vaticano, rompidas no século passado.

O México não reconhecia a Igreja havia cerca de 75 anos. O fim das restrições foi proposto pelo governo do presidente Carlos Salinas. (*O Estado de S. Paulo*, 19/12/91)

Padre casado quer ser prefeito

O padre casado Aristides Pimentel quer ser prefeito de São Paulo. Ele vai disputar a convenção do PDS, que acontecerá até junho, e pretende ser o candidato do partido. "Derroto até Paulo Maluf, se ele se candidatar", diz.

Tanta segurança é amparada em uma voz, que Pimentel diz ouvir, mas que ainda não sabe se é do "Espírito Santo ou do diabo". "Ela diz que eu serei prefeito de São Paulo", defende.

A candidatura, segundo Pimentel, já conta com o apoio de sete diretórios do PDS na região de São Miguel (zona leste de São Paulo). (*Folha de S. Paulo*, 28/1/92)

Cesep promove curso para agentes de pastoral

Possibilitar uma reflexão mais sistemática sobre a prática desenvolvida pelos participantes nos movimentos eclesiais de base e em outros trabalhos das igrejas na área popular. Com este objetivo, o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep) está promovendo o curso latino-americano para agentes de pastoral, a ser realizado no 2º semestre de 1992.

De caráter ecumênico e destinado a agentes de pastoral atuantes nos setores populares, o curso terá duração de 15 semanas, e deverá ser um espaço de encontro e refle-

xão para os agentes cristãos de toda a América Latina. Segundo os organizadores, dois aspectos serão enfatizados: o cultivo da espiritualidade no cotidiano e também em alguns momentos fortes para oração e celebração e a vivência do ecumenismo, na partilha e na intercomunhão das práticas dos membros de diferentes igrejas participantes.

Temário - Os temas serão organizados em unidades de estudo, que incluem: análise da conjuntura sócio-econômica, política e religiosa da América Latina; introdução ao método de leitura popular da Bf-

blia; estudo da prática messiânica de Jesus; o Reino de Deus e as utopias presentes nas práticas dos movimentos populares; as primeiras comunidades; desafios dos participantes em seus compromissos de fé e militância; e outros. Ao longo do curso serão realizados dois seminários em torno dos temas sobre mulher e educação popular.

As inscrições devem ser feitas até 15 de março, e o número de vagas é limitado a 45 participantes. Outras informações: Rua Prof. Sebastião Soares de Faria, 57 - 6º andar, Bela Vista, 01317, São Paulo - SP, tel: (011) 284-6299.

YANOMAMI

Começa a demarcação da Área

A demarcação dos 9,4 milhões de hectares do território Yanomami foi finalmente iniciada no dia 27 de janeiro. Serão seis frentes de trabalho mobilizando 300 homens na abertura de picadas na mata, na colocação de marcos e placas indicativas sobre os limites da área Yanomami. No dia 27, a primeira frente iniciou o trabalho no município de Santa Isabel do Rio Negro, estado do Amazonas, onde habita uma parcela da população Yanomami de 2.400 índios. Helicópteros serão utilizados para o transporte dos trabalhadores que abrirão 80 clareiras com 40 metros de raio para a colocação dos marcos.

Repercussões do incidente com garimpeiros na fronteira

O recente incidente na fronteira entre Brasil e Venezuela provocado pela operação da Guarda Nacional Venezuelana que, no dia 16 de janeiro, derrubou um avião particular com cinco garimpeiros brasileiros matando dois deles, e a prisão, até o dia 31 de janeiro, de cerca de 270 garimpeiros brasileiros que trabalhavam na Venezuela, poderá trazer conseqüências para a conclusão dos trabalhos de demarcação da área Yanomami. O alerta veio do ministro da Relações Exteriores Francisco Resek, mostrando-se preocupado com a possibilidade de que o incidente seja utilizado como pretexto para anular a portaria ministerial que delimitou a área Yanomami, uma vez que fortaleceria o ponto de vista militar contrário à demarcação de áreas indígenas na faixa de fronteira. Apesar disso, o ministro afirmou, no dia 31/1, que o episódio provocou "um mal estar e uma perda de qualidade na relação política entre os dois países".

A posição dos militares - As Forças Armadas, por sua vez, já estão pressionando o Palácio do Planalto para a obtenção de maiores recursos para a vigilância militar da Amazônia. O Ministério do Exército espera dispor de recursos para a

Ainda na mesma semana seria iniciado o trabalho no município de Caracaraí, Roraima, onde encontra-se a maior parte da população Yanomami, mais de 7.000 índios. A previsão é de que, em 110 dias, sejam demarcados os cerca de 1.700 km do perímetro da área, sendo 700 km de linha seca e o restante em limites naturais. O trabalho está sendo realizado pela Asserplan, empresa do Acre que venceu a licitação aberta pela Funai. A Funai deverá também instalar 24 postos indígenas em Roraima e no Amazonas, onde trabalharão 85 funcionários para a fiscalização da área. (*Folha de S.Paulo*, 29/1/92)

retomada do projeto Calha Norte, que prevê a ocupação de áreas de fronteira na Amazônia com a construção de mais nove unidades militares. Além disso, o general Thaumaturgo Sotero Vaz ao deixar o cargo de chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia sugeriu, em entrevista à revista *Veja* do dia 22/1/92, que a decisão de demarcar a área Yanomami teria sido uma medida de circunstância em função da Eco-92 e que, passada a conferência, esta decisão poderá ser modificada.

A Comissão para a Criação do Parque Yanomami (CCPY) advertiu em nota à imprensa, no dia 3 de fevereiro, que a defesa da fronteira não deve se sobrepôr à defesa das terras Yanomami, cabendo ao Exército, inclusive, conjugar esforços aos da Polícia Federal e da Funai para manter a integridade desse território. A entidade sugere, para tanto, que as bases militares a serem instaladas na fronteira mantenham a maior distância possível das aldeias, de modo a não interferir na vida social Yanomami. Os pontos escolhidos pelo Exército para a implantação das unidades militares são, no entanto, desconhecidos. (*Folha de S.Paulo*, 1/2/92; *Veja*, 22/1 e 5/2/92)

Febre amarela

O ex-ministro da Saúde Alceni Guerra revelou, em seu discurso de despedida do ministério no dia 24, a ocorrência de um surto de febre amarela entre os Yanomami. O ex-ministro afirmou, referindo-se ao presidente Collor, que preferiu esconder da população e do presidente por temer passar por fortes pressões, em um momento em que o Ministério da Saúde atravessava o auge de sua crise. Completou dizendo que a vacinação dos Yanomami foi possível graças ao auxílio da Força Aérea, e que, desde novembro, o surto de febre amarela está sob controle. A afirmação de Alceni surpreendeu até mesmo o presidente da Funai Sidney Possuelo que igualmente desconhecia a ocorrência do surto. Alceni Guerra corre agora o risco de ser processado pela Procuradoria Geral da República por ter ocultado esta informação, conforme aponta o procurador Aurélio Virgílio Veiga Rios. O procurador-geral Aristides Junqueira poderá tomar esta iniciativa quando voltar de férias em fevereiro.

A médica Ivone Menegola, gerente do distrito sanitário Yanomami da Fundação Nacional de Saúde informou que, dos 300 Yanomami que morreram no ano passado vítimas de doenças, 2,8% foram acometidos por febre amarela. (*O Estado de S.Paulo*, 29/1/92; *Folha de S.Paulo*, 28/1/92)

Funai envia mais uma área ao ministro

No dia 22 de janeiro, foi publicado no Diário Oficial o despacho do presidente da Funai, Sidney Possuelo, aprovando os estudos e a proposta da Área Indígena Paumari do Lago Marahã, com uma extensão aproximada de 78.400 hectares no município de Lábrea, Amazonas. Os índios que vivem nesta área são os Paumari da família linguística Arawá que somam 270 índios em quatro aldeias e uma aldeia com 50 índios Apurinã da família linguística Aruák.

Os estudos foram enviados ao ministro para aprovação. (*CEDI*, 3/2/92)

ACONTECEU ESPECIAL Povos Indígenas no Brasil 1987 - 1990
Grande painel comentado da política indígena e da política indigenista oficial do período. Pedidos ao Setor de Distribuição do CEDI - (011) 825-5544

Nambiquara em conflito com garimpeiros

No dia 18 de janeiro, iniciou-se um conflito envolvendo cerca de dez Nambiquara e 60 garimpeiros que vivem separados apenas pelo leito do rio Sararé, na AI Sararé, ao norte do Mato Grosso. Revoltados com a invasão de sua área, há mais de um ano, os índios destruíram os barracos dos garimpeiros e fugiram pela mata. A atividade garimpeira no rio Sararé tem provocado a morte de seus cardumes de peixes pelo mercúrio e a destruição da mata

ciliar, ameaçando a sobrevivência dos índios.

No dia seguinte, os garimpeiros invadiram a aldeia fortemente armados fazendo ameaças aos 15 índios adultos que zelam pelos outros 44 velhos, mulheres e crianças. Nesta ocasião, os garimpeiros prometeram revidar o ataque. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência no Mato Grosso e a Fundação Pantanal Alerta Brasil estão apelando ao Ministério da Justiça

para que tome providências.

No entanto, o juiz federal Mário César Ribeiro, em 18/12, já havia concedido liminar favorável aos interesses dos índios, determinando que a Funai, Ibama, União Federal e Polícia Federal procedessem à retirada dos garimpeiros. A liminar, proposta pelo Núcleo de Direitos Indígenas não pôde ser cumprida, pois a PF alega não ter recursos para deslocar seus homens até a reserva. (*Jornal do Brasil*, 21/1/92)

Ticuna foram a Brasília denunciar ameaças

Ameaçados de morte por madeireiros e pescadores do município de Benjamim Constant (AM), na fronteira brasileira com a Colômbia e o Peru, uma comissão de índios Ticuna encontrou-se com o presidente da Funai, Sidney Posuelo, para pedir rapidez na demarcação da reserva indígena de 711 mil hectares.

Os cinco Ticuna disseram que a portaria autorizando a demarcação, assinada pelo ministro da Justiça, em outubro de 91, não garantiu a

segurança dos cerca de 15 mil índios que vivem nas áreas Évare I e II.

"Os brancos não respeitam a área e dizem que ela ainda não é nossa porque não foi homologada e não colocaram os marcos", afirmou o coordenador do Conselho Geral da Tribo Ticuna, Pedro Inácio Pinheiro. Os Ticuna contaram que sofrem ameaças de madeireiros e pescadores, afirmando que a "chacina do Capacete" poderá se repetir. Em 88, 14 Ticuna foram executados por pistoleiros que, segundo

os índios, agiram a mando do madeireiro Oscar Castelo Branco. Até hoje os envolvidos não foram julgados.

Ainda sem recursos para a demarcação, a Funai acredita que até junho deste ano abrirá o processo de licitação. Os Ticuna relataram ainda que no dia 26 de janeiro houve manifestação de políticos de Tabatinga contra a demarcação da reserva. Com palavras de ordem como "com Mestrinho contra a demarcação". (*Jornal do Comércio/RJ*, 30/1/92)

Guarani

Aumenta o número de suicídios em Dourados

No dia 27 de janeiro, mais dois Guarani-Kaiowá se suicidaram na reserva de Dourados (MS). Na noite do dia 27, Orides Ramires, de 14 anos, foi encontrado morto, enforcado com o próprio cinto preso a uma árvore. Quando policiais chegaram ao local para retirá-lo, Pedro Gonçalves, de 18 anos, companheiro de trabalho de Ramires presenciou a cena e saiu correndo. No dia seguinte, o corpo de Gonçalves foi

encontrado por seus familiares, dependurado pela camisa em uma árvore no meio da mata. O penúltimo suicídio entre os Guarani de que se tinha notícia ocorrera em novembro - de Maurício Ajala, de 29 anos. Com esta duas novas mortes do mês de janeiro, sobe para 13 o número de índios Guarani que se suicidaram nos últimos 12 meses: dez por enforcamento e três por envenenamento. (*O Estado de S.Paulo*, 30/1/92)

AI Cerrito é contestada na justiça

A Congregação do Verbo Divino, com sede em Curitiba, impetrou mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça e ação cautelar na Justiça Federal para garantir a posse de 1.920 hectares da AI Cerrito, com 2.040 hectares, situada no município de Eldorado (MS) pertencente aos índios Guarani-Kaiowá. Esta AI foi declarada de posse permanente dos índios para fins de demarcação por uma portaria do ministro da Justiça em 23/10/91.

Suspensa a ação de despejo da AI Guassuti

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo suspendeu a liminar concedida pela Justiça Federal do Mato Grosso do Sul que despejou os 150 Guarani da AI Guassuti, no município de Aral Moreira (370 quilômetros de Campo Grande) no dia 10 de janeiro. Mas os seis fazendeiros que disputam a área de 930 hectares colocaram 80 homens armados para impe-

dir o retorno dos índios. A Funai pediu no dia 16 a proteção da Polícia Federal e da Polícia Militar do estado para garantir o cumprimento da decisão judicial.

A situação na área ainda é tensa. Mais de 150 índios se deslocaram para a região prometendo lutar pela retomada da AI Guassuti. (*Jornal do Brasil*, 17/1/92)

Durante o período de estudos e início da demarcação, a Congregação do Verbo Divino tentou suspender os trabalhos da Funai com um mandado de segurança, que foi derrubado pela Justiça Federal em Brasília. Com as duas ações impetradas agora, o advogado Armando Albuquerque alega que as terras da Congregação teriam sido doadas por fazendeiros. A área é ocupada por 140 Guarani que não pretendem deixar a terra, afirma o administrador da Funai de Amambá, Jaime de Mattos. (*Jornal do Brasil*, 1/2/92)

Collor supera Figueiredo

Em menos de dois anos, desde a posse do governo Collor em março de 90, o setor metalúrgico do ABC, na Grande São Paulo, eliminou 45 mil postos de trabalho, número que corresponde a mais de 10% das 400 mil demissões efetuadas pela indústria paulista em igual período.

O desemprego e suas consequências são a face mais nítida da recessão na região. O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) calcula que só em São Bernardo do Campo e Diadema a massa salarial que deixa de ser paga todos os meses, devido à redução de empregos, chega a Cr\$ 15,5 bilhões.

Estas duas cidades, por concentrarem a maioria absoluta das montadoras de veículos e centenas de fábricas de autopeças, são o termômetro da economia na região. Entre março de 90 e dezembro de 91, a base dos metalúrgicos foi reduzida de 150.072 mil para 124.941 mil trabalhadores, o que representa 18,75% do total.

Nem a recessão promovida pelo governo Figueiredo, entre 81 e 83, não foi tão grande e rápida quanto a atual. A queda de empregos então registrada ficou na casa dos 15,5%, um montante de 18.557 postos de

trabalho. Além da diferença de intensidade, cumpre notar que o governo Figueiredo estava baseado em um regime de exceção. Collor, distintamente, foi eleito e está submetido a uma Constituição redigida por representantes também eleitos diretamente pelo povo. Ele é responsável por uma façanha: o empreendimento da maior recessão que se tem notícia sem o respaldo de um regime militar.

Demissões prosseguem - Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a indústria paulista demitiu 5.632 trabalhadores na terceira semana de janeiro. Isso confirma a previsão da entidade que 20 mil empregados podem ser demitidos por mês até março. O acumulado de janeiro chega a 16.526 dispensas.

Para os empresários, as demissões têm um caráter mais grave do que aquelas feitas em igual período em 91. Isto porque elas recaem sobre cortes já feitos, pois não está havendo recuperação do nível de emprego e da atividade de produção, como ocorreu no ano passado. (CEDI, *O Globo*, 28/1/92; *O Estado de S. Paulo*, 2/2/92)

Crise inibe o movimento grevista

Dois estudos recentemente divulgados, um do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT (Desep) e outro do Dieese confirmam que a recessão influi decisivamente no movimento.

Uma pesquisa parcial do Dieese mostra que o número de greves, entre janeiro e setembro, caiu em 91 para 910 paralisações contra 1.582 no mesmo período de 90.

Foi constatado também que as greves foram mais longas, com um número maior de homens/horas parados. Isto se deve às paralisações no setor público e estatal, pois elas mobilizam categorias de base nacional e são invariavelmente longas. Por sua vez, o pico no número de greves em abril se deve ao fato dos metalúrgicos do ABC e do interior terem adotado a estratégia de greves por empresa.

Já o estudo do Desep sobre greves no terceiro trimestre de 91 re-

gistra um acumulado de 153 greves no país. Novamente, a análise comparativa com igual período em 90 mostra quedas significativas.

A evolução dos números de greves, de grevistas e de horas paradas distribuídos entre os setores público e privado mostra que é neste último onde se verificam os índices negativos mais expressivos.

No terceiro trimestre de 90, o movimento grevista no setor privado registrou a maioria (70%) das greves no período, com uma participação expressiva de trabalhadores (46% do total). Do total de horas paradas, 70% foram no setor privado. Entre julho e setembro de 91, observou-se que a participação do setor privado no movimento grevista ficou em cerca de 40% do número de greves, 25% do total de grevistas e 18% do total de horas paradas. (*Jornal do Brasil*, 30/1/92; *Suplemento Desep*, nº 30)

Governo, sindicalistas e empresários se reúnem contra crise

Realizada na Fiesp, em 28 de janeiro, a primeira reunião entre empresários, dirigentes sindicais e representantes dos governos municipal e estadual para encontrar soluções que diminuam os efeitos da recessão terminou sem propostas concretas. Apesar disto, seu resultado agradou a todos pois o grupo formado pelos segmentos envolvidos começou a trabalhar logo em seguida no Centro de Treinamento da Fiesp.

O governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury, coordenador dos trabalhos desse grupo, afirmou que na próxima reunião serão apresentadas propostas emergenciais e de longo prazo. As que forem aprovadas e não dependerem do governo federal serão colocadas em prática imediatamente.

De acordo com Fleury, não foi estabelecido um prazo final para que as alternativas sejam aprovadas. Porém, a intenção é conseguir algo de concreto antes do dia 8 de fevereiro, quando termina a garantia de estabilidade no emprego dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos.

O secretário municipal do Planejamento, Paul Singer, representante da prefeita Luiza Erundina, disse que a contribuição da prefeitura será a sugestão do controle de preços em todas as etapas de produção, mas sem imposição. "Reconheço que a negociação de salários, impostos e preços é extremamente difícil. Mas se não queremos a recessão, temos de propor outra alternativa anti-inflacionária", argumentou. (*Diário Popular*, 28/1/92)

■ **Gol contra** - João Neto, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, garantiu sua vaga na escola da sua categoria. Ele foi "reprovado" em 22 último por 140 demitidos da Stevaux por concordar com suas demissões por justa causa. Pela lei, as demissões não eram permitidas. Porém, os trabalhadores quiseram assim, oferecendo-se voluntariamente. Alexandre Vaz, um dos demitidos, comentou: "O sindicato nos garantiu que receberíamos todos nossos direitos, mas fomos tapeados". Negociando com os dispensados, a empresa pagou os direitos. (*Diário Popular*, 23/1/92)

Para Medeiros, Collor é "paizinho"

Em tempos em que símbolos do passado são mundialmente retomados para resolver os problemas contemporâneos decisivos para o futuro, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Força Sindical, Luiz Antonio Medeiros, sintoniza-se com Collor, invoca a modernidade, mas pinta a figura do presidente com a imagem de "paizinho". Quando havia czar na Rússia, o povo recorria a essa figura para inocular o imperador diante das mazelas que sofria. Encarnando o bem, o czar estaria imobilizado pela má fé de quem o cercava.

Em artigo publicado no jornal *O Globo* de 26/1, Medeiros lança mão da mesma explicação. Preocupado em não perder o "trem bala da história", o sindicalista afirma que Collor "é a principal referência modernizadora" do país. Citando um editorial do mesmo jornal, para Medeiros, o presidente, no isolamento do poder, encontra-se cercado por "manifestações generalizadas de ressentimento" e pela "atuação de auxiliares diretos que demonstram falhas de competência e deficiências de padrão ético", sobrando farpas até para a sociedade civil: "So-

litário, voluntarista e persistente, ele (Collor) patina também porque não o ajudamos".

Para o presidente da Força, "a hora é de união" e, no seu entender, isso significa que "trabalhadores e empresários (...) não são e não devem ser inimigos". Prova de sua cooperação, Medeiros esclarece: "Ainda que nós, trabalhadores, sempre tenhamos cedido, (...) ainda é possível ceder". No momento em que Collor busca romper seu isolamento, resta saber qual será a parcela dos trabalhadores. (CEDI, 3/2/92)

Metalúrgicos da Grande SP podem entrar em greve

Preocupados com o fim do acordo que garante estabilidade no emprego até 8 de fevereiro, os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos querem sua prorrogação a fim de evitar iminentes demissões no setor.

Nas negociações, os sindicatos reivindicaram reajuste de 28,5% para todas as faixas salariais e estabilidade a partir do fim do acordo. A 30 de janeiro, diante das negativas dos empresários, dez mil trabalhadores realizaram em Osasco uma passeata contra a política econômica de Collor. Articuladamente, os três sindicatos de metalúrgicos acenam com a proposta de greve nas assembleias gerais do dia 7, indicando o dia 12 como data limite.

Jornada flexível - Antes disso, os sindicatos estão dispostos a reduzir salários e jornada nos próximos três meses em troca de estabilidade no emprego por seis meses e compensação dos ganhos e horas não traba-

lhadas a partir do fim do período de redução. É uma proposta que diminui os custos das empresas e evita demissões, mas os patrões resistem em ceder a estabilidade, recusando-se a fechar um acordo que impeça dispensas e recontrações ao sabor das oscilações da economia.

O economista da subseção do Dieese nos Metalúrgicos de São Paulo, Alexandre Loloian, alerta: "As empresas não conseguirão aumentar a produtividade e competir com as estrangeiras se demitirem em massa e desestruturarem seus quadros de pessoal". Afim de manter o emprego, a proposta de jornada flexível aceita que os trabalhadores ganhem menos se trabalharem menos para, depois de três meses, recompor os salários, aumentando a jornada. Não é, todavia, de uma proposta nova. Apresentada em maio de 90 pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ao Sindicato Nacional de Fabricantes

Automotores, ela foi recusada, e os trabalhadores entraram em greve por discordarem das demissões.

Dissídio - Em vista disso, os metalúrgicos da Grande SP instauraram dissídio no Tribunal Regional do Trabalho, dia 5, com pedido de medida cautelar que prorrogue a estabilidade até seu julgamento. Surpreendidos, os dirigentes da Fiesp reagiram condenando os sindicatos. "Mau caratismo", "palhaçada" e "molecagem" deram a tônica de seus comentários. Para Roberto Della Manna, diretor da Fiesp, o dissídio interrompe a negociação direta. Para Paulo Pereira da Silva, secretário geral dos Metalúrgicos de São Paulo, sua atitude "não inviabiliza as negociações". O cenário da paralisação está montado. As partes não se entendem nem mesmo para encaminhar as negociações. Dependendo dos resultados na justiça, a greve pode ser deflagrada. (CEDI, 5/2/92)

Metalúrgicos de São Bernardo e Autolatina preparam contrato coletivo

Está sendo costurado o primeiro contrato coletivo do país pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e pela Autolatina, *holding* que administra as unidades brasileiras da Ford e Volkswagen. Em jogo estão mais de 100 cláusulas sociais conquistadas pelos 47 mil trabalhadores do ABC referentes à segurança, saúde e estabilidade no emprego. A diferença do contrato coletivo para o acordo é que o primeiro torna permanentes (sem ser eternamente) os direitos sociais adquiridos bem como os

torna válidos para todos aqueles que venham a ser admitidos após sua homologação.

O vice-presidente de Planejamento de Negócios, Ivan Fonseca, adverte que não se trata de "uma mera incorporação de cláusulas; o contrato coletivo deverá trazer condições satisfatórias para ambas as partes". De fato, os trabalhadores estão interessados que seus direitos se tornem um patrimônio seguro e que as negociações não voltem sempre à estaca zero em época de campanha salarial, momento onde

suas conquistas podem ser revistas. Já os patrões estão interessados na flexibilidade permitida pelos contratos coletivos por empresa pois assim as empresas mais fortes poderão negociar em separado, sem onerar as mais fracas com as concessões que elas podem oferecer.

O contrato, todavia, não ficará pronto logo. Segundo o sindicato, demorará talvez dois anos. O importante, ressalva, é sua aceitação pela empresa. (CEDI, *O Estado de S. Paulo*, 19/1/92)

Projeto dos Ciacs fica subordinado ao MEC

A Coordenação dos Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs) será transferida do Ministério da Saúde para uma secretaria executiva, subordinada ao Ministério da Educação (MEC). Assim, o ministro da Educação José Goldemberg, que ocupará interinamente o cargo de ministro da Saúde, pretende afastar os Ciacs de "politicagens" e fisiologismos. A secretaria, que tem a incumbência de administrar o Projeto Minha Gente, ficará sob a responsabilidade do atual secretário-executivo no MEC, Antônio de Souza Teixeira. Com a carta branca do presidente Collor, Goldemberg não planeja aproveitar os assessores do Alcenir Guerra (ex-ministro da Saúde) que cuidavam do projeto.

A primeira providência do ministro, ao assumir a gerência do projeto, é mandar fazer uma auditoria em todas as licitações e consultorias externas contratadas pelo ex-ministro Alcenir Guerra. Concluída a auditoria e de posse do resultado

da investigação que vem sendo feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas concorrências e obras dos Ciacs, Goldemberg suspenderá todos os contratos nos quais forem encontradas irregularidades. Contratações sem licitação - sob a alegação de "notória especialização técnica" - aceitas por Alcenir Guerra, também estão na mira de Goldemberg. "Sempre trabalhei usando mão-de-obra interna", observou.

O ministro garantiu que o orçamento de 92 para os Ciacs não mudará, pois "os recursos para a construção de 700 Ciacs já estão incorporados no Orçamento (aprovado pelo Congresso)". A meta do governo é de 3 mil centros até 94. Mas o ministro admitiu a possibilidade de "ciaquização" de algumas escolas já existentes, com a construção de quadras esportivas, principalmente nos grandes centros, onde não há espaço para Ciacs. (S. Sato e G. Belmonte/O Estado de S. Paulo, 24 e 25/1/92; *Jornal do Comércio/RJ*, 24/1/92)

MEC aumentará recursos para qualificar professores

Em 21 de janeiro último, o ministro da Educação, José Goldemberg, pediu aos secretários estaduais dessa área, em reunião realizada em Brasília, que redirecionem a utilização das verbas do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). O ministro quer que sejam aumentados para pelo menos 15% os recursos do FNDE destinados ao treinamento e aperfeiçoamento de professores, principalmente os do ensino básico.

Até o ano passado, as verbas utilizadas para esse fim não passavam de 3% dos recursos do fundo. O restante era destinado à construção ou reforma de escolas. O ministro também insistiu para que os secretários estimulem as prefeituras a melhorar os salários dos professores. Em alguns estados do Norte e do Nordeste eles ganham menos de um salário mínimo. (Antônio Marcello/O Estado de São Paulo, 22/1/92)

O vaivém do PNAC

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), criado há 16 meses, continua cambaleante. Após sua posse, o ministro José Goldemberg chegou a qualificá-lo de "plano irresponsável" por não prever recursos compatíveis com as metas. Depois o ministro deu meia volta e afirmou que manteria os programas da gestão Chiarelli, entre eles o PNAC. Lentamente os rituais do Programa foram retomados: em novembro a Comissão Nacional do PNAC voltou a reunir-se; outra reunião seria realizada em fevereiro, com a participação das Comissões Estaduais. A Conferência Brasileira de Alfabetização e Cidadania - que deve aprovar uma Declaração Nacional de Alfabetização e um Plano de Ação para a década - adiada sucessivas vezes, seria realizada em abril de 92. Uma vez mais, porém, o MEC adiou por dois meses todo o cronograma, alegando problemas operacionais.

Diante desse contínuo ir e vir, fica a dúvida: ou o MEC é incapaz de coordenar um diálogo nacional com vistas à formulação de uma política de educação básica, ou lhe falta vontade de compartilhar decisões com a sociedade civil e outras esferas de governo. Ou as duas razões se somam. (Maria Clara Di Pietro/CEDI, 3/2/92)

Novo regimento das escolas de São Paulo entra em vigor

Cerca de 402 mil alunos de 1º grau das escolas municipais de São Paulo vão testar uma das reformas mais polêmicas no ensino paulista. Para concluir o 1º grau, eles passarão por três ciclos que substituirão as oito séries, as notas serão três conceitos que indicarão seu aproveitamento e representarão 25% do poder decisório dos conselhos de suas escolas.

As mudanças estão no novo Regimento Comum das escolas, proposto pela Secretaria Municipal de Educação e aprovado em caráter

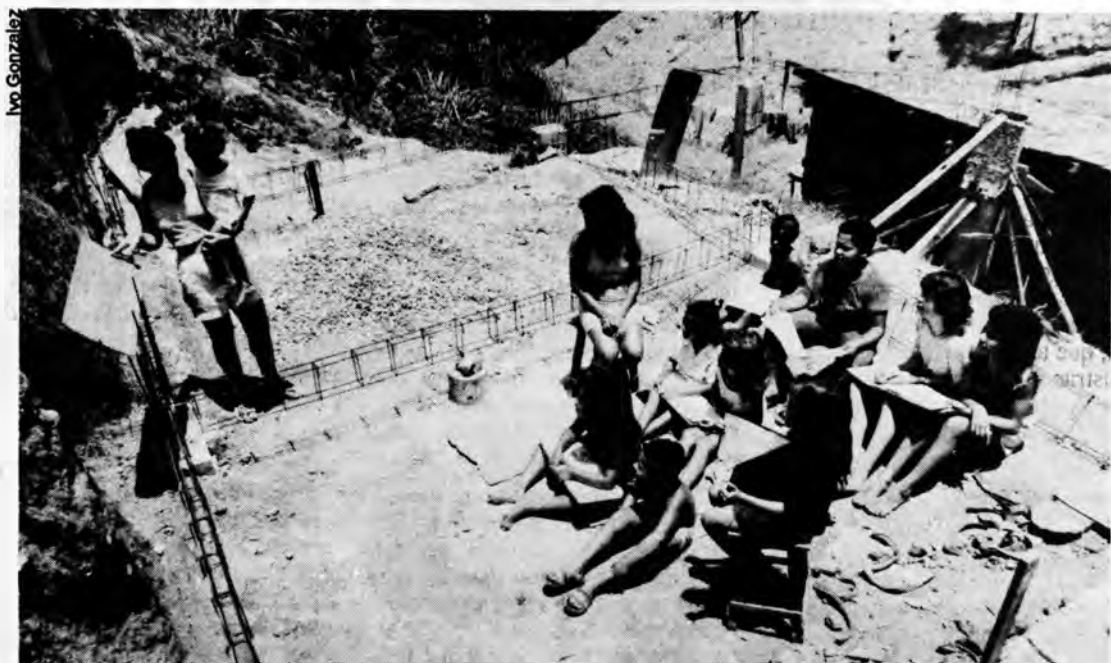
provisório (até julho) pelo Conselho Estadual de Educação.

De acordo com o secretário municipal de Educação, Mário Sérgio Cortella, as medidas pretendem diminuir os índices de evasão e repetência, além de dar mais autonomia às escolas. Para Cortella, uma das causas da evasão - que tira das escolas anualmente cerca de 24 mil alunos - é o sistema de oito séries. Por isso, o novo regimento substitui as séries por três ciclos. As avaliações serão feitas semestralmente e

a reprovação ficará restrita às passagens entre os ciclos.

A mudança mais polêmica é a participação dos alunos nos conselhos escolares a partir da antiga 4ª série, para decidir fatos importantes como a gestão das verbas escolares. Nessa série podem estudar alunos de 10 anos ou mais. A composição do conselho de escola será de 25% de docentes, 25% de pais, 25% de alunos e 25% de funcionários. (Paulo de Camargo/O Estado de S. Paulo, 23/1/92)

Aulas fora da escola na Baixada Fluminense



Raquel, que não estuda há três anos, dá aulas para não esquecer o que aprendeu

Raquel Dias Barbosa, 15 anos, sonha um dia ser professora universitária. Nos últimos três anos, porém, ela vem sendo forçada a adiar seus planos, pois não consegue vagas nas escolas da rede municipal de São João de Meriti (RJ). Mas a vontade de estudar é tanta que ela

arrumou um jeito de estar em sala de aula: diariamente, Raquel reúne 15 crianças de casas vizinhas, que também não conseguiram vagas nos colégios públicos, e ensina a elas tudo o que aprendeu até a 3ª série do 1º grau, último ano que cursou.

Por não encontrarem vagas nas escolas da rede pública da Baixada Fluminense, mais de 75 mil crianças e jovens entre 7 e 14 anos estão fora das salas de aula. O maior déficit está em São João de Meriti, onde 40 mil não poderão estudar este ano. (*O Globo*, 28/1/92)

Ameaça de bomba na posse de diretoras eleitas em MG

Um telefonema anônimo avisando sobre a colocação de bombas no auditório do Instituto de Educação de Minas Gerais gerou pânico e apreensão entre as 240 diretoras eleitas para as escolas estaduais, empossadas no dia 22 de janeiro. Uma equipe de três peritos e cinco policiais esvaziou o auditório e vasculhou o local minuciosamente sem encontrar qualquer tipo de artefato.

O imprevisto alterou a realização da cerimônia de posse que foi transferida para o saguão do prédio. A delegada da 1ª Delegacia Regional de Ensino, Dalva Rocha, empossou simbolicamente, em nome do governador Hélio Garcia, as 240 diretoras eleitas para as 251 escolas públicas estaduais de Belo Horizonte. O número de diretoras nomeadas é menor que o número de escolas porque

nos outros 11 estabelecimentos de ensino as diretoras são efetivas.

“O Supremo Tribunal Federal não é respeitado em Minas”. Essa é a conclusão a que chegou a presidente da Associação de Diretores de Escolas Oficiais de Minas Gerais (Adeomg), Lourdes Taitson.

Entendendo que a escolha de diretores através de eleição coloca no cargo aquelas que “sabem mais fazer política - salvo exceções”, a Adeomg defende a volta do processo de Seleção Competitiva Interna. Segundo ela, além da baixa participação da comunidade escolar no processo por voto, o pleito trouxe inimizades políticas e enfraquecimento da já precária qualidade do ensino público. (*O Estado de Minas/MG*, 23/1/92; *Hoje em Dia/MG*, 22/1/91)

Juiz garante vagas para carentes

Com base na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, o juiz da 1ª Vara de Menores do Rio, Liborni Siqueira, assegura o acesso à escola pública de todas as crianças carentes que estejam cursando da 1ª à 4ª série e não tenham conseguido se matricular por falta de vagas na rede municipal. No ano passado, segundo ele, cerca de 800 crianças que não tinham conseguido vagas em escolas próximas às suas casas foram matriculadas nessas mesmas escolas através de ofício do Juizado, solicitando a inscrição.

Liborni Siqueira informou que o ofício baseia-se no artigo 53 do Estatuto da Criança, que assegura o direito de acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. O artigo 208 da Constituição Federal, copiado pela Constituição Estadual (RJ), inclui entre os deveres do Estado, o ensino fundamental, obrigatório e gratuito. (*Regina Eleutério/O Globo*, 30/1/92)

Venezuela

Golpismo militar apostava na crise social

□ **Democracia pobre** - A tentativa de golpe na Venezuela, um dos maiores paladinos da liberdade no continente, inspirou a condenação geral. Mas, por trás de fachadas democráticas da América Latina, há milhões de pobres que não foram beneficiados pelos programas econômicos do governo Bush, do Banco Mundial e do FMI.

Segundo dados do governo, 57% das famílias venezuelanas só podem ter uma refeição diária; a proporção de pobres aumentou de 37% em 81 para 65% em 89; e o índice de desemprego entre os jovens é de 20%. Nos três anos do governo Pérez houve cinco mil atos de protesto, e metade acabou em violência.

As circunstâncias que possivelmente induziram os militares à revolta são encontradas em quase toda a América Latina. (John McClintock-The Baltimore Sun/O Estado de S.Paulo, 6/2/92)

□ **Liberalismo para minorias** - A Venezuela é a terceira estrela da constelação latino-americana que encanta os liberais de todo o mundo. As outras duas são México e Chile, mas apenas porque esses países começaram antes a aplicar o receituário ultraliberal e por isso estão mais avançados no processo de privatização.

No mais, a Venezuela segue a rota aberta, ainda na ditadura do general Augusto Pinochet, pelos chamados "Chicago's boys": começou um processo de privatização das cerca de 400 estatais.

A abertura ao investimento estrangeiro tomou forma com o decreto 727, que derruba praticamente todas as barreiras erguidas, paradoxalmente, pelo próprio Carlos Andrés Pérez, em seu primeiro mandato (1974/79).

A receita é, enfim, idêntica à da Argentina, do Chile, do Brasil e de praticamente todos os países do subcontinente, na esteira da onda neoliberal que varre o mundo após o colapso do comunismo.

Os acontecimentos na Venezuela demonstram, no entanto, que falta um ingrediente nessa receita: a preocupação com o lado social. Tentativas de golpe podem ocorrer em qualquer circunstância, mas é óbvio que inquietação social é um componente que qualquer golpista leva em conta.

O liberalismo puro e duro, copiado de países desenvolvidos, deixa de lado o fato de que, na América Latina, a massa de marginalizados é tamanha que falar em economia de mercado é imaginar uma economia para a minoria apenas. (Clóvis Rossi/Folha de S.Paulo, 5/2/92)

□ **Pérez e Collor** - Presidentes gêmeos até segunda-feira, Andrés Pérez e Collor agora se dissociam um pouco, pelo menos por algum tempo. Ambos eleitos com campanhas-tapeações, no governo adotaram o oposto de todas as promessas e compromissos do candidato. A sustentar a semelhança de métodos, portanto, a semelhança como pessoas. Dois governantes submissos à pregação externa do recessionismo,

das concessões plenas ao capital estrangeiro, patronos iguais do anti-social. Dois presidentes cercados de escândalos de corrupção. Ambos eleitos com quase 54%, ambos portadores, a esta altura, da repulsa de quase 85% dos cidadãos de seus países. (Jânio de Freitas/Folha de S. Paulo, 6/2/92)

□ **Os cinco pontos dos golpistas**

- **Resgate da soberania** - Rejeitam as negociações com a Colômbia sobre o golfo da Venezuela, que consideram totalmente venezuelano; exigem maior firmeza no tratamento dos garimpeiros brasileiros que ocupam áreas no Sul do país e não aceitam a privatização de setores básicos da economia.
- **Revisão da política econômica liberal** - Especialmente as medidas para pagamento da dívida externa. Alteração de políticas consideradas prejudiciais à agricultura e às pequenas e médias empresas.
- **Plano de emergência contra a fome e a miséria** - Decretos para facilitar a produção de alimentos e criação de empregos.
- **Julgamento de corruptos** - Julgamentos públicos dos denunciados por corrupção no país na última década.
- **Convocação de Assembléia Constituinte** - Suspensão da Constituição de 61 e governo por decreto até a elaboração de uma nova Constituição. (FSP, 6/2/92)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-636/87

